

Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em

31 de dezembro de 2025



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	3
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	13
1 Contexto operacional.....	13
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais.....	13
3 Gerenciamento de riscos.....	22
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	24
5 Contas a receber de clientes (Consolidado).....	24
6 Investimentos (Controladora).....	24
7 Fornecedores (Consolidado).....	25
8 Patrimônio líquido.....	25
9 Receita líquida de vendas.....	26
10 Custos operacionais.....	26
11 Despesas gerais ou administrativas.....	27
12 Resultado financeiro (Controladora).....	27
13 Partes relacionadas.....	28
14 Instrumentos financeiros.....	30
15 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado).....	33
16 Contingências.....	34



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Administradores da
Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.
Fortaleza (CE)**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia") e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5

Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	74.270	34.882	60.912	34.882
Contas a receber de clientes	5	460.081	287.724	460.359	287.724
Valor justo dos contratos de energia	14	2.526.819	816.935	2.519.096	816.935
Derivativos financeiros	14	1.715	—	1.715	—
Partes relacionadas - outros créditos	13	2.000	—	2.000	—
Outros créditos		9.157	8.037	8.796	8.037
Total do Ativo Circulante		3.074.042	1.147.578	3.052.878	1.147.578
Valor justo dos contratos de energia	14	6.678.958	565.670	6.668.835	565.670
Derivativos financeiros	14	1.744	232	1.744	232
Outros créditos		10	9	10	9
Realizável a longo prazo		6.680.712	565.911	6.670.589	565.911
Investimento	6	—	—	23.831	—
Imobilizado		1.702	1.195	1.588	1.195
		1.702	1.195	25.419	1.195
Total do Ativo Não Circulante		6.682.414	567.106	6.696.008	567.106
Total do Ativo		9.756.456	1.714.684	9.748.886	1.714.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

Balanças Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	7	427.181	284.694	425.269	284.694
Dividendos a pagar	13	26.416	2.658	26.416	2.658
Partes relacionadas - outras contas a pagar	13	3.577	1.675	4.632	1.675
Obrigações fiscais		14.967	4.381	13.373	4.381
Imposto de renda e contribuição social	15	178	—	159	—
Obrigações trabalhistas		6.090	5.307	5.708	5.307
Derivativos financeiros	14	3.104	4.291	3.104	4.291
Valor justo dos contratos de energia	14	2.489.276	728.173	2.489.276	728.173
Outras contas a pagar		2.885	469	2.869	469
Total do Passivo Circulante		2.973.674	1.031.648	2.970.806	1.031.648
Valor justo dos contratos de energia	14	6.449.876	470.528	6.449.721	470.528
Derivativos financeiros	14	9.654	22.864	9.654	22.864
Tributos diferidos	15	98.726	62.302	94.179	62.302
Outras contas a pagar		1.211	1.010	1.211	1.010
Total do Passivo Não circulante		6.559.467	556.704	6.554.765	556.704
Total do Passivo		9.533.141	1.588.352	9.525.571	1.588.352
Patrimônio Líquido	8				
Capital social		136.022	98.132	136.022	98.132
Reserva legal		8.044	2.482	8.044	2.482
Reserva de lucros a distribuir		79.249	9.718	79.249	9.718
Adiantamento para futuro aumento de capital		—	16.000	—	16.000
Total do Patrimônio Líquido		223.315	126.332	223.315	126.332
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		9.756.456	1.714.684	9.748.886	1.714.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida operacional	9	4.470.325	2.332.328	4.456.153	2.332.328
Custos operacionais	10	(4.335.268)	(2.332.266)	(4.318.981)	(2.332.266)
Lucro bruto		135.057	62	137.172	62
Despesas gerais ou administrativas	11	(52.214)	(27.427)	(48.784)	(27.427)
Resultado do valor justo de contratos de energia	14	74.279	76.693	59.014	76.693
Outras despesas operacionais		(1.679)	(54)	(1.280)	(54)
Receitas operacionais		20.386	49.212	8.950	49.212
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		155.443	49.274	146.122	49.274
Receitas financeiras	12	36.142	14.851	35.079	14.851
Despesas financeiras	12	(29.243)	(41.348)	(29.240)	(41.348)
Resultado financeiro		6.899	(26.497)	5.839	(26.497)
Resultado de equivalência patrimonial	6	—	—	6.424	—
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		162.342	22.777	158.385	22.777
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(22.116)	389	(22.116)	389
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(28.999)	(11.975)	(25.042)	(11.975)
Lucro do exercício		111.227	11.191	111.227	11.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	111.227	11.191	111.227	11.191
Outros resultados abrangentes - ORA	—	—	—	—
Resultado abrangente total	111.227	11.191	111.227	11.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		60.001	—	1.922	1.309	24.231	—	87.463
Capital subscrito	8	38.131	(38.131)	—	—	—	—	—
Capital integralizado	8	—	38.131	—	—	(24.231)	—	13.900
Lucro do exercício		—	—	—	—	—	11.191	11.191
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	—	—	—	—	16.000	—	16.000
Destinação do Lucro								
Reserva legal	8	—	—	560	—	—	(560)	—
Dividendos obrigatórios	8	—	—	—	—	—	(2.658)	(2.658)
Dispensa da distribuição de dividendos	8	—	—	—	436	—	—	436
Reserva de lucros a distribuir	8	—	—	—	7.973	—	(7.973)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024		98.132	—	2.482	9.718	16.000	—	126.332
Capital subscrito	8	37.890	(37.890)	—	—	—	—	—
Capital integralizado	8	—	37.890	—	—	(16.000)	—	21.890
Lucro do exercício		—	—	—	—	—	111.227	111.227
Destinação do Lucro								
Reserva legal	8	—	—	5.562	—	—	(5.562)	—
Dividendos obrigatórios	8	—	—	—	—	—	(26.416)	(26.416)
Dispensa de dividendos obrigatórios	8	—	—	—	2.658	—	—	2.658
Dividendos adicionais distribuídos	8	—	—	—	(12.376)	—	—	(12.376)
Reserva de lucros a distribuir	8	—	—	—	79.249	—	(79.249)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		136.022	—	8.044	79.249	—	—	223.315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício		111.227	11.191	111.227	11.191
Ajustes para:					
Equivalência patrimonial	6	—	—	(6.424)	—
Valor justo dos contratos de energia, líquido do diferido	14	(74.279)	(76.693)	(59.014)	(76.693)
Perdas (ganhos) em operações com contratos derivativos	12	(16.804)	37.282	(16.804)	37.282
Imposto de renda e contribuição social, líquido do diferido	15	51.115	11.586	47.158	11.586
Outros		188	83	180	83
		71.447	(16.551)	76.323	(16.551)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(171.925)	(138.011)	(172.635)	(138.011)
Outros créditos		(22.903)	(2.056)	(22.717)	(2.056)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(1.798)	(1.611)	957	(1.611)
Fornecedores		140.557	138.005	140.575	138.005
Obrigações trabalhistas		643	475	401	475
Obrigações fiscais		10.000	5.066	8.992	5.066
Outras contas a pagar		2.617	(1.316)	2.305	(1.316)
Caixa gerado (consumido nas) pelas atividades operacionais		28.638	(15.999)	34.201	(15.999)
Impostos pagos sobre o lucro	15	—	(6.328)	—	(6.328)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		28.638	(22.327)	34.201	(22.327)

Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento de capital em empresas investidas	6	—	—	(16.400)	—
Aquisição de controlada, líquido do caixa incorporado	6	1.818	—	(1.007)	—
Aquisição de imobilizado		(582)	(794)	(278)	(794)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		1.236	(794)	(17.685)	(794)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos a acionistas	8	(12.376)	—	(12.376)	—
Capital integralizado	8	21.890	13.900	—	13.900
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	—	16.000	21.890	16.000
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		9.514	29.900	9.514	29.900
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		39.388	6.779	26.030	6.779
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	34.882	28.103	34.882	28.103
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	74.270	34.882	60.912	34.882
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		39.388	6.779	26.030	6.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A. (“Companhia”), com sede em Fortaleza (CE), foi constituída em 6 de março de 2019, tem por objeto social a comercialização atacadista e varejista de energia elétrica gerada no mercado de livre negociação, incluindo a compra e venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a prestação de serviços de intermediação entre compradores e vendedores de energia elétrica proveniente de quaisquer fontes e a realização de atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Companhia não apresentava julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **2.9 Valor justo dos contratos de energia e 14 Instrumentos financeiros** – valor justo dos ativos e passivos contratuais: determinar preço futuro da energia comercializada no período de longo prazo; e
- **2.6 Instrumentos financeiros** – derivativos financeiros: determinar o câmbio futuro da moeda estrangeira durante a vigência do contrato de derivativo financeiro.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controlada e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora.

Em 31 de dezembro de 2025, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da controlada abaixo:

Controlada	Segmento	Localização	Data de constituição	Tipo de investimento		% do Capital Social	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CDV Comercializadora Varejista de Energia Ltda.	Varejo	São Paulo (SP)	2 de fevereiro de 2018	Controlada	—	100%	—

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e sua controlada classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada não transferem e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e sua controlada realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas – outros créditos.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: fornecedores, outras contas a pagar, dividendos a pagar e partes relacionadas - outras contas a pagar.

2.7 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.8 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço nos país que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamentos às autoridades fiscais.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, desde que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime de lucro real anual, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime de lucro real anual.

2.9 Valor justo dos contratos de energia

A Companhia e sua controlada possuem portfólio de contratos de energia (compra e venda) com o propósito de atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia nos segmentos atacadista e varejista. Para estes portfólios, não há compromisso de combinar um contrato de compra com um contrato de venda. A Companhia e sua controlada possuem flexibilidade para gerenciar os contratos nestas carteiras com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Os contratos podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro.

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e são classificadas dentro do alcance do CPC 48, portanto são classificadas como instrumentos financeiros, registrados na rubrica de valor justo dos contratos de energia, reconhecidos pelo valor justo na data em que o respectivo contrato é celebrado e são, subsequentemente, marcados a mercado ao seu valor justo, como contrapartida ao resultado.

A Companhia e sua controlada possuem uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações do valor justo. Para estimativa do valor justo, considera-se as cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, o uso de técnicas de avaliação, que considera preponderantemente:

- Preços estabelecidos nas operações realizadas via plataforma BBCE (Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia) e relatórios divulgados pela DCIDE, projetados no período de disponibilidade;
- Margem de risco no fornecimento; e
- Tipo de fonte de energia.

Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

2.10 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia e sua controlada reconhecem a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais são provenientes da venda de energia comercializada e prestação de serviços de comercialização de energia, este último aplicável apenas Controladora. As receitas provenientes da venda de energia são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

Prestação de serviços – Controladora

A Companhia presta serviços de gestão de portfólio de lastro e energia, acompanhamento e operacionalização das regras e procedimentos de comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e observação e cumprimento dos contratos de compra e venda de energia, com início de faturamento no exercício de 2025.

2.11 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Administração não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia e sua controlada também estão avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b. Outras normas contábeis: não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

2.12 Combinação de negócios

Em 11 de julho de 2024, foi celebrado com a América Holding Participações S.A. Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual a Companhia garantiu o direito de adquirir 100% das quotas da CDV Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("CDV Varejista"). Em 27 de janeiro de 2025, a Companhia cumpriu os atos pré-fechamento, adquirindo a totalidade do capital social da empresa ao preço de aquisição de R\$1.007, com efeito caixa no exercício.

Nos ativos e passivos identificáveis adquiridos está incluída uma carteira de clientes robusta e diversificada, bem como expertise na operação de *trading* no segmento varejista de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2025, a CDV Varejista apresentou resultado positivo no montante de R\$6.424 nas demonstrações consolidadas. Adicionalmente, caso as aquisições tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2025, o lucro consolidado apresentado pela Companhia seria de R\$96.908. Os custos relacionados à aquisição das empresas foram avaliados e, de acordo com julgamento da Administração, foram considerados imateriais para fins de divulgação nestas demonstrações financeiras.

Esta aquisição possibilitou a expansão das operações de *trading* de energia, com ênfase ao atendimento de clientes no mercado varejista. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía controle direto sobre 100% do capital social da empresa adquirida.

a. Contraprestação transferida

No sentido de atender aos requisitos legais de reconhecimento da transação, apresenta-se abaixo o resultado preliminar de alocação do preço de aquisição no montante de R\$1.007 realizado pela Administração. O laudo de avaliação de valor justo à data da aquisição foi contratado pela Companhia e, em 31 de dezembro de 2025, encontrava-se em fase de preparação.

b. Reconciliação do ágio

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do ágio na aquisição:

CDV Varejista	Valor
Preço de aquisição	1.007
(-) Patrimônio líquido adquirido	(1.007)
Ágio	—

c. Acervo líquido adquirido

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

CDV Varejista	Acervo líquido adquirido a valor justo
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	2.826
Contas a receber de clientes	432
Outros créditos	153
Valor justo de ativos contratuais	10.252
Tributos diferidos	1.315
Imobilizado	117
Total do ativo	15.095
Passivo e patrimônio líquido	
Fornecedores	1.930
Obrigações trabalhistas	140
Obrigações fiscais	586
Partes relacionadas - outras contas a pagar	1.700
Tributos diferidos	349
Valor justo de passivos contratuais	9.383
Patrimônio líquido	1.007
Total do passivo e patrimônio líquido	15.095

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco de preço de mercado e volume

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos decorrentes de variações nos preços de energia elétrica, bem como a riscos de volume, inerentes às atividades de comercialização de energia no mercado livre.

A gestão desses riscos é realizada de forma estruturada, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos da comercializadora, a qual estabelece diretrizes, métricas e limites para a assunção de exposições. Dentre os principais instrumentos de controle, destacam-se: (i) limites de risco de mercado, definidos com base em métricas como Value at Risk (VaR) e/ou cenários de estresse; (ii) limites mínimos de liquidez, incluindo a manutenção de níveis adequados de caixa para suportar oscilações adversas de mercado; e (iii) limites de crédito por contraparte, com base em análises periódicas de risco de crédito.

A governança da gestão de riscos é suportada pelo Comitê de Comercialização, que se reúne periodicamente com o objetivo de avaliar as exposições assumidas, deliberar sobre estratégias comerciais e assegurar a aderência às políticas e limites estabelecidos. Eventuais desvios em relação aos limites são reportados às alçadas competentes, acompanhados de planos de ação para reenquadramento.

O monitoramento contínuo das exposições de mercado e volume permite à Companhia e sua controlada antecipar potenciais impactos adversos e adotar medidas tempestivas de mitigação, visando preservar a solidez financeira e a sustentabilidade das operações.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações que não estejam previstas na política, são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia e sua controlada aplicam a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. ("CDV"), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, credores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, a Administração restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da controlada, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia e sua controlada não cumprirem suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. A Administração monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação.

(iv) Risco de mercado

Risco de Mercado é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes da variação nos preços de mercado dos ativos e passivos, incluindo, mas não se limitando a taxas de juros, taxas de câmbio, preços de commodities e ações. Esse risco impacta diretamente a avaliação de instrumentos financeiros e a exposição econômica da empresa, podendo afetar tanto o valor justo quanto os fluxos de caixa futuros.

A Administração monitora e gerencia sua exposição ao risco de mercado por meio de estratégias de hedge, análise de sensibilidade e modelos de mensuração como Value at Risk (VaR) e testes de estresse, de acordo com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	69.253	Baixa do CDI	67.540	65.899
Efeito no resultado	6.422		4.709	3.068
Aplicações financeiras	3.918	Baixa do CDI	3.476	3.102
Efeito no resultado	1.415		973	599

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	1.099	1.644	1.075	1.644
Aplicações financeiras	3.918	—	1.914	—
Fundo de investimentos - restritos (a)	69.253	33.238	57.923	33.238
Total	74.270	34.882	60.912	34.882

(a) A Companhia e sua controlada possuíam aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% a.a. (11,25% a.a. acumulado em 31 de dezembro de 2024).

5 Contas a receber de clientes (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia – terceiros	453.636	283.676
Venda de energia – partes relacionadas (nota 13)	3.684	4.048
Venda de serviços – partes relacionadas (nota 13)	91	—
Venda de créditos de carbono	3.070	—
(-) Perdas de créditos esperadas	(400)	—
Total	460.081	287.724

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia registrou R\$400 como Perdas de crédito esperadas. Essa estimativa foi calculada com base no modelo de perda esperada previsto no CPC 48, refletindo a melhor estimativa da Administração sobre perdas incorridas e futuras na carteira de contas a receber. O saldo concentra-se, majoritariamente, em ativos financeiros com atraso superior a 90 dias, para os quais, após avaliação das condições macroeconômicas e do histórico de inadimplência, a Administração fundamentou a inexistência de expectativa razoável de recuperação.

6 Investimentos (Controladora)

a. Composição do saldo

	31/12/2025
CDV Comercializadora Varejista de Energia Ltda.	23.831
Total	23.831

b. Movimentação do saldo

Saldos em 27 de janeiro	—
Aquisição de investimento (nota 2.12 Combinação de negócios)	1.007
Equivalência patrimonial	6.424
Aumento de capital	16.400
Saldos em 31 de dezembro	23.831

c. Saldos das controladas

Descrição	% Participação na data de aquisição	31/12/2025
Ativo		43.638
Passivo		19.807
Patrimônio líquido	100%	23.831
Resultado		(7.894)
Patrimônio líquido adquirido		1.007
Resultado até a data de aquisição		(14.318)

7 Fornecedores (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Compra de energia – terceiros	377.791	261.234
Compra de energia – partes relacionadas (nota 13)	49.390	23.460
Total	427.181	284.694

8 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$136.022 em 31 de dezembro de 2025 (R\$98.132 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 136.022.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Casa dos Ventos S.A.	100,00%	136.022	136.022.000	100,00%	98.132	98.132.000
Total	100,00%	136.022	136.022.000	100,00%	98.132	98.132.000

Aumento de capital

Em 28 de fevereiro de 2025, por meio de AGE, deliberou-se aumento de capital no montante de R\$37.890, com a emissão de 37.890.000 ações ordinárias, sendo R\$16.000 integralizado mediante baixa do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital em 31 de dezembro de 2024 e R\$21.890 em moeda corrente na mesma data. Com esse aumento, o capital social da Companhia aumentou de R\$98.132 para R\$136.022 no exercício de 2025.

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, destaca-se que ao final de cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$26.416 (R\$2.658 em 31 de dezembro de 2024).

Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

Notas Explicativas
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	111.227	11.191
(-) Reserva legal (5%)	(5.562)	(560)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	105.665	10.631
Dividendos propostos	26.416	2.658

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$5.562 (R\$560 em 31 de dezembro de 2024), conforme tabela acima.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$79.249 (R\$7.973 em 31 de dezembro de 2024).

Dividendos adicionais pagos aos acionistas

Em 09 de dezembro de 2025, por meio de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), deliberou-se sobre a distribuição de dividendos adicionais ao acionista da Companhia no montante de R\$12.376, com efeito caixa no exercício.

Dispensa da distribuição de dividendos

Durante o exercício de 2025, a Casa dos Ventos S.A., controladora da Companhia, deliberou pela dispensa da distribuição dos dividendos obrigatórios do exercício anterior no valor de R\$2.658 (R\$436 no exercício de 2024, referente aos dividendos obrigatórios de 2023).

9 Receita líquida de vendas

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	4.934.427	2.573.798	4.911.854	2.573.798
Venda de crédito de carbono e I-REC	4.755	—	4.755	—
Receita de consultoria (nota 13)	936	—	936	—
PIS e Cofins sobre vendas	(453.221)	(237.106)	(451.827)	(237.106)
PIS e Cofins sobre vendas - I-REC e crédito de carbono	(440)	—	(440)	—
ISS sobre serviços prestados	(47)	—	(47)	—
ICMS sobre vendas	(15.950)	(4.364)	(9.078)	(4.364)
Vendas canceladas	(135)	—	—	—
Total	4.470.325	2.332.328	4.456.153	2.332.328

10 Custos operacionais

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Energia comprada	(4.309.259)	(2.325.239)	(4.300.724)	(2.325.239)
Outros custos	(26.009)	(7.027)	(18.257)	(7.027)
Total	(4.335.268)	(2.332.266)	(4.318.981)	(2.332.266)

11 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços - pessoa jurídica	(1.658)	(490)	(789)	(490)
Compartilhamento de despesas (nota 13)	(11.806)	(7.901)	(11.806)	(7.901)
Tributos e contribuições	(11.363)	(811)	(11.308)	(811)
Despesas com veículos	(9)	(6)	(9)	(6)
Despesas com pessoal	(26.186)	(17.069)	(23.766)	(17.069)
Outras despesas gerais ou administrativas	(1.192)	(1.150)	(1.106)	(1.150)
Total	(52.214)	(27.427)	(48.784)	(27.427)

12 Resultado financeiro (Controladora)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	6.933	3.850
Ganhos em derivativos de câmbio - realizado	5.150	1.757
Ganhos em derivativos de câmbio - não realizado	21.632	2.396
Outras receitas financeiras	1.364	6.848
Total	35.079	14.851
Despesas financeiras		
Perdas em derivativos de câmbio - realizado	(16.042)	(1.212)
Perdas em derivativos de câmbio - não realizado	(4.828)	(39.677)
Outras despesas financeiras	(8.370)	(459)
Total	(29.240)	(41.348)
Resultado financeiro	5.839	(26.497)

13 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	5.775	4.048	14.202	4.048
Contas a receber de clientes	3.775	4.048	12.202	4.048
Venda de energia (nota 5) (a)	3.684	4.048	12.111	4.048
Venda de serviços (nota 5) (c)	91	—	91	—
Partes relacionadas - outros créditos	2.000	—	2.000	—
Outras contas a receber com partes relacionadas	2.000	—	2.000	—
Passivo	79.383	27.793	83.191	27.793
Partes relacionadas - outras contas a pagar	3.577	1.675	4.632	1.675
Compartilhamento de despesas a pagar (b)	3.575	1.675	3.575	1.675
Outras contas a pagar com partes relacionadas	2	—	1.057	—
Fornecedores	49.390	23.460	52.143	23.460
Compra de energia (a)	49.390	23.460	52.143	23.460
Dividendos a pagar	26.416	2.658	26.416	2.658
Dividendos a pagar a acionistas	26.416	2.658	26.416	2.658
Resultado	(241.540)	(316.239)	(205.232)	(316.239)
Receita líquida de vendas	133.287	57.591	198.393	57.591
Venda de energia (a)	145.988	63.461	217.731	63.461
Serviços de consultoria (c)	936	—	936	—
PIS e COFINS sobre vendas	(13.590)	(5.870)	(20.227)	(5.870)
ISS sobre serviços	(47)	—	(47)	—
Custos operacionais	(363.021)	(365.929)	(391.819)	(365.929)
Energia comprada (a)	(363.021)	(365.929)	(391.819)	(365.929)
Despesas gerais ou administrativas	(11.806)	(7.901)	(11.806)	(7.901)
Compartilhamento de despesas (b)	(11.806)	(7.901)	(11.806)	(7.901)

(a) A Companhia possuía operações de compra e venda de energia com as empresas geradoras controladas pela Casa dos Ventos S.A. e coligadas do grupo econômico.

(b) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía um contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos S.A., com a finalidade de prestação de serviços administrativos.

(c) Contrato de prestação de serviços de comercialização e gestão de portfólio de contratos de venda de energia com as SPes do projeto eólico Babilônia Centro, uma *joint venture* formada pela CDV e a Arcelor Mittal do Brasil S.A.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

A Companhia não efetua diretamente pagamentos de remuneração aos membros de sua Administração, os quais renunciam à remuneração pelo exercício de seus cargos na Companhia em seus termos de posse. A remuneração, é suportada diretamente pelo acionista que indicou o respectivo administrador. Especificamente quanto aos administradores indicados por Casa dos Ventos S.A., a remuneração é paga diretamente por essa acionista e, posteriormente, apropriada às suas controladas, incluindo a Companhia, por meio de rateio. Tais valores são registrados pela Companhia como serviços tomados, classificados em despesas gerais e administrativas, conforme aplicável. Os montantes incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontram-se divulgados na nota explicativa correspondente às demonstrações financeiras da Casa dos Ventos S.A.

14 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

Descrição	Consolidado				Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	74.270	74.270	34.882	34.882	60.912	60.912	34.882	34.882
Contas a receber de clientes	460.081	460.081	287.724	287.724	460.359	460.359	287.724	287.724
Partes relacionadas - outros créditos	2.000	2.000	—	—	2.000	2.000	—	—
Fornecedores	(427.181)	(427.181)	(284.694)	(284.694)	(425.269)	(425.269)	(284.694)	(284.694)
Dividendos a pagar	(26.416)	(26.416)	(2.658)	(2.658)	(26.416)	(26.416)	(2.658)	(2.658)
Partes relacionadas - outras contas a pagar	(3.577)	(3.577)	(1.675)	(1.675)	(4.632)	(4.632)	(1.675)	(1.675)
Outras contas a pagar	(4.095)	(4.095)	(1.480)	(1.480)	(4.080)	(4.080)	(1.480)	(1.480)
Total	75.082	75.082	32.099	32.099	62.874	62.874	32.099	32.099

Os instrumentos financeiros não derivativos da Companhia estão avaliados ao custo amortizado, não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

b. Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (Controladora)

Descrição	Hierarquia	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Ganho temporário - Hedge (SWAP + NDF)	Nível 2	3.459	3.459	232	232
Passivo					
Perda temporária - Hedge (SWAP + NDF)	Nível 2	(12.758)	(12.758)	(27.155)	(27.155)
Total		(9.299)	(9.299)	(26.923)	(26.923)

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024, contratos cambiais a termo atrelado a moedas estrangeiras que podem variar ao final do contrato. O vencimento das NDFs contratadas ocorrerá até 2 de janeiro de 2030. Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão avaliados a valor justo, seguindo os níveis de hierarquia da nota 2.3 Uso de estimativas e julgamentos.

c. Valor justo dos contratos de energia (Consolidado)

A Companhia e sua controlada operam no ACL e firmaram contratos de compra e venda de energia bilateralmente (contratos futuros), cujas posições em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são as seguintes:

Valor justo dos contratos de energia	Hierarquia	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	Nível 2	2.526.819	816.935
Ativo não circulante	Nível 2	6.678.958	565.670
Passivo circulante	Nível 2	(2.489.276)	(728.173)
Passivo não circulante	Nível 2	(6.449.876)	(470.528)
Total		266.625	183.904

Movimentação do período	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	183.904	99.394
Adição por aquisição	870	—
Variação no valor justo dos contratos	81.851	84.510
Saldos finais	266.625	183.904

PIS e COFINS diferidos (provisão)	(24.663)	(17.011)
PIS e COFINS diferidos (reversão)	17.011	9.194
PIS e COFINS diferidos (adição de controlada)	80	—
Resultado do valor justo dos contratos de energia, líquido do PIS e COFINS diferidos	74.279	76.693

O resultado real dos contratos futuros pode variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram realizadas considerando a data base 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Companhia e sua controlada possuíam contratos futuros de energia com vencimento até 2039.

O valor justo dos contratos de energia estimados de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado.

d. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de Nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Valor justo dos contratos de energia	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação dos ativos e passivos contratuais considera o resultado do valor presente líquido dos pagamentos e recebimentos esperados, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	Não aplicável	Não aplicável

15 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	(16.255)	286
Contribuição social	(5.861)	103
Total - impostos correntes	(22.116)	389
Imposto de renda	(21.330)	(8.837)
Contribuição social	(7.669)	(3.138)
Total - impostos diferidos	(28.999)	(11.975)
Imposto de renda e contribuição social, líquido do diferido	(51.115)	(11.586)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social correntes:

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	162.342	22.777
Alíquotas nominais	34 %	34 %
Cálculo de IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	55.196	7.744
Ajustes para apuração do IRPJ e CSLL efetivos		
PIS e COFINS diferidos sobre valor justo (provisão)	8.385	5.784
PIS e COFINS diferidos sobre valor justo (reversão)	(5.784)	(3.126)
Ganhos (perdas) em operações com derivativos	(5.714)	12.676
Valor justo dos contratos de energia	(27.829)	(28.733)
Efeito do adicional de 10%	(24)	(24)
Outros ajustes	(2.116)	—
Resultado tributável	22.114	(5.679)
Apuração dos impostos correntes		
Imposto de renda	(16.255)	—
Contribuição social	(5.861)	—
IRPJ e CSLL diferidos	(28.999)	(11.975)
Ajuste de exercícios anteriores	—	389
IRPJ e CSLL no resultado	(51.115)	(11.586)
Alíquota efetiva	(31,49)%	(50,87)%

c. Apuração do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Adições (exclusões) temporárias		
Valor justo dos contratos de energia	(27.829)	(28.733)
PIS e COFINS diferidos sobre valor justo	2.602	2.658
Perda temporária - hedge (Swap + NDF)	(5.714)	12.676
Outras movimentações temporárias	1.942	1.424
Total	(28.999)	(11.975)

d. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	–	4.123
Ajustes de exercícios anteriores	–	(389)
Imposto de renda e contribuição social no exercício	22.116	–
Impostos pagos sobre o lucro	–	(6.328)
Compensações no exercício	(21.938)	2.594
Saldos finais	178	–

e. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	62.302	44.945
Adição por aquisição	(966)	–
PIS e COFINS diferidos sobre valor justo (provisão)	24.663	17.011
PIS e COFINS diferidos sobre valor justo (reversão)	(17.091)	(9.194)
PIS e COFINS diferidos sobre derivativos	819	(2.435)
IRPJ e CSLL diferidos	28.999	11.975
Saldos finais	98.726	62.302

A administração avaliou os impactos da Reforma Tributária sobre as operações da entidade e, até 31 de dezembro de 2025, não identificou efeitos mensuráveis que alterem os saldos apresentados.

16 Contingências

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas. A Administração revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e sua controlada, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliaram não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

* * *